



# Duke Energy International Geração Paranapanema S.A

**2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM  
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE  
ÚNICA**



## Relatório Anual do Agente Fiduciário Exercício 2013

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.  
SLW SÃO PAULO  
DR. RENATO PAES DE BARROS 717 | 6º E 10º ANDAR  
04530-001 | ITAIM BIBI | SÃO PAULO | SP  
TEL. 11 3048 9900 | FAX 11 3048 9888

[WWW.SLW.COM.BR](http://WWW.SLW.COM.BR)

SAC: 3048 9905

Ouvidoria SLW: 0800 724 3004



**RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO AOS DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA. S.A. - COMPANHIA ABERTA – CNPJ: 02.998.301/0001-81**

Em cumprimento ao disposto do artigo 68, parágrafo 1º, letra B, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, item XVII do artigo 12 da instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente Relatório Anual da **DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA.S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, onde destacamos os aspectos relevantes de interesse dos Senhores Debenturistas.

**1 – DAS DEBÊNTURES:**

**A. DA AUTORIZAÇÃO.**

1.1 Deliberada pela reunião da diretoria da Companhia realizada em 11 de junho de 2010 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 16 de junho de 2010 ("RCA"); (iii) nas deliberações da reunião do Conselho Fiscal da Companhia realizada em 24 de junho de 2010; (iv) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 24 de junho de 2010; e (v) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 5 de julho de 2010 ("AGE"). A ata (i) da RD foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 25 de junho de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; (ii) da RCA foi arquivada na JUCESP em 25 de junho de 2010 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; e (iii) da AGE foi arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 16 de julho de 2010, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

<b>B. CARACTERÍSTICAS.PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS (GEP12)</b>	
Valor Nominal Unitário:	<b>R\$ 1.000.000,00</b>
Valor da Operação:	<b>500 Milhões</b>
Quantidade:	<b>500</b>
Emissão:	<b>16/7/2010</b>
Vencimento:	<b>16/7/2015</b>
Classe:	<b>Não Conversível</b>
Forma:	<b>Escritural</b>
Garantia/Espécie:	<b>Quirografária</b>
Remuneração	<b>IGPM + 8,59% a.a.</b>
Banco Mandatário:	<b>BANCO CITIBANK S/A</b>
Instituição Depositária:	<b>BANCO CITIBANK S/A</b>
Coordenador Líder:	<b>BANCO SANTANDER S/A</b>
Registro CVM:	<b>DISPENSA ICVM 476/09</b>
ISIN:	<b>BRGEPADBS046</b>



### C. POSIÇÃO DE CUSTODIA:

POSIÇÃO DE MERCADO	
DEBÊNTURES EMITIDAS	500
DEBÊNTURES TESOURARIA	-
DEBÊNTURES CIRCULAÇÃO	500
DEBÊNTURES RESGATADAS	-
DEBÊNTURES CANCELADAS	-

### D. ALTERAÇÕES NAS CONDIÇÕES DA EMISSÃO:

A presente emissão não teve alterações escriturais.

### E. PAGAMENTOS:

#### Eventos Realizados e Próximos Eventos.

EVENTOS					
DATA DO EVENTO	DATA DO PAGAMENTO	EVENTO	TAXA	LIQUIDAÇÃO	STATUS
16/07/11	18/07/11	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	ADIMPLIDO
16/07/12	16/07/12	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	ADIMPLIDO
16/07/13	16/07/13	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	ADIMPLIDO
16/07/13	16/07/13	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	ADIMPLIDO
16/07/14	16/07/14	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/14	16/07/14	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	-
16/07/15	16/07/15	VENCIMENTO	Liquida Operação	D0	-

### F. CONDIÇÕES DE VENCIMENTO ANTECIPADO:

- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;



- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;
- inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas);
- protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado ou suspenso; ou (b) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo em dinheiro ou por meio de fiança bancária ou de seguro garantia contratado com instituição financeira de primeira linha;
- sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se tal sequestro, arresto ou penhora for sanado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua ocorrência;
- transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na Data de Emissão;
- cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal ou pelo saldo devedor do Valor Nominal, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) a operação for uma incorporação, pela Companhia, de uma sociedade controlada (de modo que a Companhia seja a incorporadora);
- (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da



Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento;

- transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente, à atividade fim de geração de energia elétrica, ressalvadas as hipóteses de alteração da fonte de geração;
- término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão, concedidos à Companhia pelo Poder Concedente, relativo ao serviço público de geração de energia elétrica;
- comprovação de que qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10.1 e/ou no Contrato de Distribuição é falsa, incorreta ou enganosa em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- redução de capital social da Companhia, exceto (a) pela redução do capital social da Companhia no valor de até R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), nos termos do aviso de fato relevante publicado em 14 de maio de 2010, desde já aprovada pelos Debenturistas; (b) por redução de capital social para absorver prejuízo; ou (c) se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ou no estatuto social da Companhia em vigor na Data de Emissão, dos dois o que for menor; ou
- não observância, pela Companhia, dos limites do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA, que não poderá ser superior a 3,20 (três inteiros e vinte centésimos), e do índice financeiro EBITDA/Resultado Financeiro, que não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros) (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão e verificados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que, para fins do disposto neste inciso, serão consideradas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisadas ou auditadas, conforme o caso, por auditor independente, e as seguintes definições:



“Dívida Líquida” significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

"EBITDA": significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais; e

"Resultado Financeiro": significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

## G. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS COM A EMISSÃO.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão de Debêntures serão integralmente utilizados para o pagamento de dívidas da Companhia, que contempla (i) o pagamento da primeira amortização da série 1ª da primeira emissão de Debêntures da Companhia, emitidas em 15 de setembro de 2008; e (ii) a quitação total do saldo devedor da dívida da Companhia nos termos do "Instrumento Particular de Assunção Parcial de Dívida" celebrado em 19 de julho de 1999 entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ("ELETROBRÁS").

## H. LIMITES FINANCEIROS.

### Dos “Covenants” Financeiros:

#### Exercício 2013 (R\$ 000)

- Dívida Líquida: 499.463
- EBITDA: 913.664
- **Dívida Líquida/EBITDA = 0,55**
- **Adimplido.**
- EBITDA: 913.664
- Resultado Financeiro: (101.131)
- **EBITDA/Resultado Financeiro: 9,03**
- **Adimplido.**
- O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3,20.
- O índice obtido da divisão entre EBITDA pelo Resultado Financeiro deverá ser igual ou superior a 2,00.





Conforme definido abaixo:

**“Dívida Líquida”** significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

**“O EBITDA”**: significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais.

**“Resultado Financeiro”**: significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

A Emissora no exercício de 2013 atendeu regularmente e dentro dos prazos previstos, todas as obrigações pactuadas na Escritura de Emissão.

## **2- DA EMPRESA**

---

### **A. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto que atua na geração e comercialização de energia elétrica. Subsidiária e principal investimento internacional da Duke Energy Corp – uma das maiores companhias energéticas dos Estados Unidos –, administra oito usinas hidrelétricas (UHE) instaladas no Rio Paranapanema, com capacidade instalada de 2.241,26 MW. Mantém sede administrativa na capital paulista e emprega 314 colaboradores próprios no encerramento de 2013, além de 10 estagiários e 70 contratados de terceiros.

Opera suas usinas a partir de dois contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O primeiro, que abrange as unidades Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, tem prazo de 30 anos, a ser encerrado em 2029. Para as usinas Canoas I e Canoas II, operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), o prazo é de 35 anos, a se encerrar em 2033. Nesse sistema compartilhado, cabe à companhia 49,7% da energia gerada. Com localização privilegiada, devido à influência dos regimes hidrometeorológicos das Regiões Sul e Sudeste, a capacidade máxima de armazenamento de energia nos reservatórios da companhia representa cerca de 6% do subsistema Sudeste/Centro-Oeste.

Em 2013, produziu 12.650 GWh e contabilizou receita operacional bruta de R\$ 1.354,6 milhões e lucro líquido de R\$ 418,3 milhões o que representa crescimentos de 11,1% e 28,8%, respectivamente, na comparação com 2012. O Ebitda registrado no período foi de R\$ 913,7 milhões e a margem Ebitda, de 75,1%.



## Composição Acionária

Acionistas	AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Duke Energy International, Brasil Ltda	31.180.723	99,06	57.849.548	91,89	89.030.271	94,28
Duke Energy International, Brazil Holdings	0	0,00	735.023	1,17	735.023	0,78
Companhia do Metropolitan de S.Paulo	0	0,00	1.323.627	2,10	1.323.627	1,40
Outros	297.038	0,94	3.047.324	4,84	3.344.362	3,54
<b>Total</b>	<b>31.477.761</b>	<b>100</b>	<b>62.955.522</b>	<b>100</b>	<b>94.433.283</b>	<b>100</b>

## B. EVENTOS SOCIETÁRIOS – AGE's, AGO's, RCA's e Fatos Relevantes

*(solicite ao Agente Fiduciário os Eventos Societários na íntegra)*

### 01/02/2013 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) apreciar os termos das alterações da política interna da Companhia denominada “Política de Tesouraria”; (ii) aprovar a alienação de equipamentos à empresa de seu grupo econômico, DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. (“DEB”), conforme relatório encaminhado aos Conselheiros, datado de 28 de dezembro de 2012, elaborado pelo Sr. Weverson Mota, de acordo com a Política Interna da Companhia denominada “Doações e Alienações de Bens”, e conforme aprovado na 219ª Reunião de Diretoria, realizada em 22 de janeiro de 2013.

### 02/04/2013 – RCA

ORDEM DO DIA: (i) apreciar a proposta da Diretoria da Companhia de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”), para os empregados, de acordo com o Lucro Líquido da Companhia e nos termos do Acordo Coletivo vigente e; (ii) apreciar os termos das alterações da política interna da Companhia denominada “Política de Comercialização de Energia”.

### 26/04/2013 – AGO

ORDEM DO DIA: (i) apreciação do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes, documentos estes publicados nas edições do dia 26.3.2013 do jornal “Valor Econômico” e do “Diário Oficial do Estado de São Paulo”; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18.3.2013; e (iii) fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2013.





#### **17/05/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) apreciar a proposta apresentada na 229ª Reunião da Diretoria, realizada no dia 16 de maio de 2013, para a captação de recursos pela Companhia, com intuito de pagamento de (i) principal, juros e correção monetária incidentes sobre a primeira série e a segunda série da primeira emissão de Debêntures da Companhia; (ii) principal, juros e correção monetária incidentes sobre a primeira amortização da segunda emissão de debêntures da Companhia; (iii) juros incidentes sobre a terceira emissão de debêntures da Companhia; e (iv) reforma da Unidade Geradora (“UG”) 1, da UG 2 e da UG 3 da Usina de Chavantes, sob concessão da Companhia, por meio da 4ª emissão de debêntures simples da Companhia, não-conversíveis em ações, escriturais, quirografárias, sem garantia, em duas séries (“Debêntures”), no mercado local, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) (“Emissão”); (b) proceder à convocação do Conselho Fiscal da Companhia para emitir parecer a respeito da matéria constante do item (a); e (c) tomar conhecimento dos atos praticados pela Diretoria com as finalidades do item (a) acima.

#### **20/05/2013 – Fato Relevante**

Tornando público a seus acionistas e ao mercado em geral que, por meio da 229ª Reunião de Diretoria, realizada em 16.5.2013, e 132ª Reunião de Conselho de Administração, realizada no dia 17.5.2013, cujas atas se encontram em fase de arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), a Administração da Companhia aprovou proposta de captação de recursos pela Companhia, após a contratação de Banco Coordenador para estruturação da referida operação, na forma de dívida, por meio da 4ª emissão pública de debêntures

#### **13/06/2013 – AGE**

ORDEM DO DIA: (i) captação de recursos pela Companhia, conforme proposta do Conselho de Administração, com intuito de pagamento de (a) principal, juros e correção monetária incidentes sobre a primeira série e a segunda série da primeira emissão de Debêntures da Companhia, nos termos da Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da Companhia, celebrada em 2 de outubro de 2008, entre Companhia e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Primeira Emissão de Debêntures”); (b) principal, juros e correção monetária incidentes sobre a primeira amortização da segunda emissão de Debêntures da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão da Companhia, celebrado em 5 de julho de 2010, entre Companhia e SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (“Segunda Emissão de Debêntures”); (c) juros incidentes sobre a terceira emissão de Debêntures da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Terceira Emissão da Companhia, celebrado em 28 de dezembro de 2011, entre Companhia e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Terceira Emissão de Debêntures”); e (d) reforma da Unidade Geradora (“UG”) 1, da UG 2 e da UG 3 da Usina de Chavantes, sob concessão da Companhia, por meio da quarta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, as quais serão distribuídas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na



Instrução CVM 476; (ii) (a) tendo em vista o disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorização expressa para que o Conselho de Administração, no uso de suas atribuições, delibere sobre os demais termos e condições das Debêntures, e (b) delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para cancelar as Debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela própria Companhia; (iii) aprovação expressa para outorga de mandato ao Banco Bradesco S.A. para que este, na qualidade de prestador de serviços de banco liquidante e de escrituração das Debêntures, represente a Companhia na prática de todos os atos necessários à consecução de tais serviços, até a liquidação integral das Debêntures, independente do disposto no artigo 24, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização para a Diretoria da Companhia adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações acima.

#### **21/06/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) apreciar e votar a proposta de oferta de resgate antecipado facultativo no âmbito da quarta emissão de debêntures da Companhia; e (b) caso a matéria constante no item (a) da Ordem do Dia seja aprovada, autorizar a Diretoria Executiva da Companhia a adotar os atos necessários à implementação das deliberações abaixo.

#### **19/07/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) apreciar e votar a proposta de ratificação do resultado do procedimento de bookbuilding no âmbito da quarta emissão de debêntures da Companhia; (b) caso a matéria constante no item (a) da Ordem do Dia seja aprovada, autorizar a Diretoria Executiva da Companhia a adotar os atos necessários à implementação das deliberações abaixo; e (c) apreciar os termos das alterações da política interna da Companhia denominada “Política de Viagens”.

#### **31/07/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) apreciar os termos das alterações da política interna da Companhia denominada “Política de Pagamentos e Reembolso de Despesas”.

#### **06/08/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (i) exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2013; e (ii) deliberação sobre a proposta da Diretoria relativa à distribuição de dividendos intermediários pela Companhia aos acionistas, com base em referidas demonstrações, nos termos dos §1º e §2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

#### **25/09/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) Discussão e análise acerca do relacionamento da Companhia com outra empresa do seu grupo econômico.

#### **14/10/2013 – AGE**

**ORDEM DO DIA: (i)** nos termos dos §1º e §2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, deliberar acerca da distribuição de dividendos intermediários baseados nos resultados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2013, observada a proposta da administração aprovada na 136ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 06.08.2013.



### **30/10/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) apreciar a proposta encaminhada pela Diretoria de alteração do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício social de 2013, o qual foi devidamente aprovado na 128ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de março de 2013; (b) aprovar a doação de 02 (dois) mastros de bandeira, os quais são inservíveis à Companhia, conforme relatórios encaminhados ao Conselho de Administração, datados de 18 de dezembro de 2012, elaborados pelo Gerente Geral de Administração e Logística, Sr. Carlos Alberto Pedroso, de acordo com a Política Interna da Companhia denominada “Doações e Alienações de Bens”; e (c) apreciar os termos das alterações das políticas internas da Companhia denominadas “Política de Pagamentos” e “Política de Veículos Designados”.

### **12/11/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) aprovação do resultado do 3º trimestre de 2013, apreciado pela Diretoria em 05.11.2013, após revisão da auditoria independente; e (b) apreciar a proposta encaminhada pela Diretoria de alteração do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício social de 2013, o qual foi devidamente aprovado na 128ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de março de 2013, e alterado na 140ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 30 de outubro de 2013.

### **27/11/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (a) proceder à eleição dos membros da Diretoria Executiva, bem como à fixação de sua remuneração, em razão do vencimento do mandato dos atuais diretores em 1º de dezembro de 2013.

### **27/11/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (i) apreciar e votar a proposta da Diretoria de opção de pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia, correspondente ao montante total de R\$66.953.197,65 (sessenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos), imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2013, atendendo os limites fiscais nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, conforme alterada; (ii) discutir e deliberar sobre a proposta de instituição do Comitê Independente antes de o projeto desenvolvido pela empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. (“Projeto”), atingir a Fase de Operação Comercial, previsto no Contrato de Desenvolvimento de Projetos, firmado em 21 de dezembro de 2012 (“Contrato”), entre a Companhia e a Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”), acionista controladora da Companhia, com vistas a iniciar os estudos de aquisição do Projeto pela Companhia, nos termos do Contrato e da legislação em vigor; e (iii) caso as matérias constantes dos itens (i) e (ii) da Ordem do Dia sejam aprovadas, proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, nos termos do inciso IV do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para deliberar sobre (a) apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia, correspondente ao montante total de R\$66.953.197,65 (sessenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos), imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2013, atendendo os limites fiscais, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, conforme alterada; (b) apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre a instituição do Comitê Independente antes de o projeto desenvolvido pela empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. (“Projeto”), atingir a Fase de Operação Comercial, previsto no



Contrato de Desenvolvimento de Projetos, firmado em 21 de dezembro de 2012 (“Contrato”), entre a Companhia e a Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”), acionista controladora da Companhia, com vistas a iniciar os estudos de aquisição do Projeto pela Companhia, nos termos do Contrato e da legislação em vigor; e (c) caso a matéria prevista no item (ii) da Ordem do Dia seja aprovada, apreciar e votar a instituição do Comitê Independente para análise de aquisição do Projeto pela Companhia, nos termos da legislação aplicável, conforme regras previstas no Contrato de Desenvolvimento de Projetos, firmado em 21 de dezembro de 2012, entre a Companhia e a Duke Brasil.

#### **28/11/2013 – Fato Relevante**

Tornando público a seus acionistas e ao mercado em geral que, por meio da 143ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 27.11.2013, cuja ata se encontra em fase de arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), foi aprovado, dentro das melhores práticas de transparência e governança corporativa, o encaminhamento, para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, da proposta de instituição do Comitê Independente, previsto no Contrato de Desenvolvimento de Projetos (“Contrato”).

#### **06/12/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (i) apreciar a proposta da Diretoria de submissão à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) de desvinculação da concessão da Pousada de Salto Grande.

#### **16/12/2013 – AGE**

ORDEM DO DIA: (i) apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia, correspondente ao montante total de R\$66.953.197,65 (sessenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos), imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2013, atendendo os limites fiscais, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, conforme alterada; (ii) apreciar e votar a proposta da Administração da Companhia versando sobre a instituição do Comitê Independente antes de o projeto desenvolvido pela empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. (“Projeto”), atingir a Fase de Operação Comercial, previsto no Contrato de Desenvolvimento de Projetos, firmado em 21 de dezembro de 2012, entre a Companhia e a Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”), acionista controladora da Companhia, com vistas a iniciar os estudos de potencial aquisição do Projeto pela Companhia, nos termos do Contrato e da legislação em vigor; e (iii) caso a matéria prevista no item (ii) da Ordem do Dia seja aprovada, apreciar e votar a instituição do Comitê Independente para análise de aquisição do Projeto pela Companhia, nos termos da legislação aplicável, conforme regras previstas no Contrato de Desenvolvimento de Projetos, firmado em 21 de dezembro de 2012, entre a Companhia e a Duke Brasil.

#### **19/12/2013 – Fato Relevante**

Tornando público a seus acionistas e ao mercado em geral que, por meio da 243ª Reunião de Diretoria, realizada em 17.12.2013, cuja ata se encontra em fase de arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), a Diretoria da Companhia aprovou a submissão à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador da Companhia, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 149, de 28.02.2005, da proposta de redução do capital social da Companhia, considerado atualmente



excessivo para a realização do seu objeto social, de R\$1.339.137.503,80 (um bilhão, trezentos e trinta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e três reais e oitenta centavos), para até R\$839.137.503,80 (oitocentos e trinta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e três reais e oitenta centavos) com uma redução efetiva no valor de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

**19/12/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (i) Discussão e análise acerca do relacionamento da Companhia com outras empresas do seu grupo econômico; e (ii) eleição de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do §1º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Mauricio Lotufo Maudonnet, reeleito na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2012.

**27/12/2013 – RCA**

ORDEM DO DIA: (i) eleição de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do §1º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Jairo de Campos, reeleito na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2012.





### 3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Duke Energy International,  
Geração Paranapanema S.A.  
CNPJ 02.998.301/0001-81  
Companhia Aberta

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	611.670	169.552
Clientes	7	168.728	116.369
Tributos a recuperar	8	5.059	22.735
Serviços em curso		12.681	8.414
Despesas antecipadas		321	363
Devedores diversos		1.014	64
Partes relacionadas	13.1	-	391
Outros ativos		990	97
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>800.443</b>	<b>317.985</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Clientes	7	1.555	-
Tributos a recuperar	8	318	318
Depósitos judiciais	9	35.544	11.998
Fundos vinculados		525	475
Despesas antecipadas		3.861	4.123
		<b>41.803</b>	<b>16.914</b>
Investimentos		26	26
Imobilizado	10	3.633.639	3.804.779
Intangível	11	34.400	34.667
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.709.868</b>	<b>3.856.386</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.510.311</b>	<b>4.174.371</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras





Duke Energy International,  
Geração Paranapanema S.A.  
CNPJ 02.998.301/0001-81  
Companhia Aberta

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	15.079	49.798
Salários e encargos sociais		14.094	13.638
Debêntures	14	249.245	346.139
Tributos a recolher	8	182.240	22.200
Dividendos e juros sobre capital próprio	20.4	269.055	158.928
Obrigações estimadas		6.558	5.901
Cibacap	15	344	2.278
Encargos setoriais	19	26.268	24.209
Outros passivos		344	298
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>763.227</b>	<b>623.385</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	14	861.888	604.024
Receitas Diferidas		9.269	5.310
Obrigações especiais	18	8.650	6.915
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	17	19.828	17.804
Cibacap	15	8.697	7.388
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	399.903	431.762
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg	12	5.098	3.489
Encargos setoriais	19	10.156	6.455
Outros passivos		325	325
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.323.814</b>	<b>1.083.432</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.1	1.339.138	1.339.138
Reservas de capital	20.2	99.512	99.432
Reserva de lucros	20.3	112.586	90.211
Ajustes de avaliação patrimonial	20.6	872.034	938.773
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.423.270</b>	<b>2.467.554</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.510.311</b>	<b>4.174.371</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.  
SLW SÃO PAULO  
DR. RENATO PAES DE BARROS 717 | 6º E 10º ANDAR  
04530-001 | ITAIM BIBI | SÃO PAULO | SP  
TEL 11 3048 9900 | FAX 11 3048 9888

SAC: 3048 9905

Ouvidoria SLW: 0800 724 3004

WWW.SLW.COM.BR



Duke Energy International,  
Geração Paranapanema S.A.  
CNPJ 02.998.301/0001-81  
Companhia Aberta

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	21	1.216.036	1.103.168
(Despesas)/receitas operacionais			
Pessoal		(73.397)	(66.336)
Material		(4.025)	(3.660)
Serviços de terceiros		(40.542)	(41.883)
Taxa de fiscalização da Aneel		(4.190)	(4.475)
Energia comprada para revenda	23.2	(17.033)	(61.640)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(77.604)	(83.263)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(62.024)	(59.011)
Depreciação e amortização	10.b e 11.b	(217.436)	(222.849)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(4.714)	(1.612)
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa		371	5.127
Aluguéis		(3.741)	(3.625)
Seguros		(4.364)	(3.696)
Outras		(11.109)	(11.313)
	22	(519.808)	(558.026)
<b>Lucro operacional</b>		<b>696.228</b>	<b>545.142</b>
Resultado financeiro			
Receitas		37.928	42.248
Despesas		(139.059)	(145.667)
	24	(101.131)	(103.419)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>595.097</b>	<b>441.723</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(209.453)	(147.821)
Diferido		32.607	30.746
	6.3	(176.846)	(117.075)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>418.251</b>	<b>324.648</b>
Lucro por ação de operações continuadas (em R\$ por ação)			
Básico/diluído por ação PN	25	4,42906	3,43786
Básico/diluído por ação ON	25	4,42906	3,43786

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Obs.: Recomendamos a leitura dos Demonstrativos Financeiros da Companhia, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. Informações complementares poderão ser obtidas através do site [www.duke-energy.com.br](http://www.duke-energy.com.br)**



## A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. tem a satisfação de apresentar este Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, que são acompanhadas do Relatório dos auditores independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

#### COMPROMISSO, COMPETITIVIDADE E TRABALHO EM EQUIPE

Desafios no cenário macroeconômico e impactos de mudanças regulatórias formaram o pano de fundo dos negócios do setor elétrico brasileiro em 2013. Além disso, o panorama hidrológico de seca causou redução importante na geração hidrelétrica e acentuado aumento na geração termelétrica, trazendo, por consequência, elevação nos preços da energia elétrica.

Apesar desses obstáculos externos, a Duke Energy International, Geração Paranapanema obteve retornos muito satisfatórios durante o ano. Nosso desempenho financeiro demonstra a qualidade de gestão que tem proporcionado resultados consistentes nos últimos quatro anos. Essa solidez se sustentou no momento desafiador que enfrentamos, com todas as áreas trabalhando juntas para superar os desafios e nos diferenciar de outras empresas do setor elétrico. Nossa receita evoluiu 11,1%, para R\$ 1,3 bilhão, e o lucro líquido totalizou R\$ 418,3 milhões, elevação de 28,8% em relação a 2012.

Nas operações, mantivemos um índice de disponibilidade de geração de 92,1% e geramos um volume de energia 33% superior à garantia física de nossas usinas. No ano, investimos em importantes projetos de ganhos de eficiência para assegurar o desempenho superior do nosso negócio. Registramos também importante estabilidade no fluxo de receita, com 97,5% de nossa energia contratada.

Reflexo dessa atuação, obtivemos o grau de investimento brAAA da agência de classificação de risco de crédito Moody's Investors Service e sustentamos a mesma classificação Aaa.br já obtida da Standard & Poor's. Em um momento em que o Risco Brasil cresceu, os títulos do Brasil perderam força, o mercado para captação de financiamento se contraiu principalmente para as empresas do setor elétrico e as taxas de juros domésticas aumentaram, a Duke se diferenciou do restante do setor e fizemos uma emissão de debêntures muito bem-sucedida, no valor de R\$ 500 milhões, com taxas abaixo da média de mercado.

Reforçamos a segurança e integridade dos funcionários como um dos pilares estratégicos da empresa, como uma prioridade e parte fundamental do que somos e do que fazemos. Investimos no fortalecimento dos conceitos de prevenção, de forma a aperfeiçoar e sedimentar os padrões e processos relacionados a segurança, saúde e qualidade de vida de nossos colaboradores, que são o nosso principal ativo.



Prova desse comprometimento com nossos colaboradores é termos alcançado o quarto lugar no ranking das 130 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa do Instituto Great Place to Work e da revista "Época" (categoria Médias e Pequenas Multinacionais – 100 a 999 funcionários).

Avançamos também nos compromissos com as comunidades do entorno de nossas oito usinas. Duas ações ganharam maior relevância: a execução dos três projetos finalistas do Prêmio Duke Energy – Energia da Inovação, com ações de capacitação e geração de renda; e o DukeBike, de compartilhamento de bicicletas, como projeto-piloto de promoção de esporte e lazer que desenvolvemos no município de Ipaussu a partir de consulta de interesses da comunidade local.

Estes resultados obtidos mesmo em um cenário difícil confirmam a capacidade profissional dos nossos colaboradores, a força do espírito do trabalho em equipe e o compromisso que temos de oferecer sempre o melhor para nossos acionistas, nossos clientes e toda a sociedade.

Armando de Azevedo Henriques  
Presidente

## **PERFIL**

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto que atua na geração e comercialização de energia elétrica. Subsidiária e principal investimento internacional da Duke Energy Corp – uma das maiores companhias energéticas dos Estados Unidos –, administra oito usinas hidrelétricas (UHE) instaladas no Rio Paranapanema, com capacidade instalada de 2.241,26 MW. Mantém sede administrativa na capital paulista e emprega 314 colaboradores próprios no encerramento de 2013, além de 10 estagiários e 70 contratados de terceiros.

Opera suas usinas a partir de dois contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O primeiro, que abrange as unidades Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, tem prazo de 30 anos, a ser encerrado em 2029. Para as usinas Canoas I e Canoas II, operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), o prazo é de 35 anos, a se encerrar em 2033. Nesse sistema compartilhado, cabe à companhia 49,7% da energia gerada. Com localização privilegiada, devido à influência dos regimes hidrometeorológicos das Regiões Sul e Sudeste, a capacidade máxima de armazenamento de energia nos reservatórios da companhia representa cerca de 6% do subsistema Sudeste/Centro-Oeste.

Em 2013, produziu 12.650 GWh e contabilizou receita operacional bruta de R\$ 1.354,6 milhões e lucro líquido de R\$ 418,3 milhões o que representa crescimentos de 11,1% e 28,8%, respectivamente, na comparação com 2012. O Ebitda registrado no período foi de R\$ 913,7 milhões e a margem Ebitda, de 75,1%.



## Reconhecimentos

Entre os prêmios e reconhecimento recebidos em 2013 pela companhia destacam-se:  
Great Place to Work – Em sua 17ª edição, a pesquisa conduzida pelo Instituto Great Place to Work® (GPTW) em parceria com a revista Época revelou as 130 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. Presente no ranking pelo nono ano consecutivo, a Duke Energy conquistou sua melhor posição: 4ª melhor empresa para se trabalhar no país na categoria Médias e Pequenas Multinacionais. O GPTW avalia a percepção dos funcionários, o clima organizacional e as políticas de Recursos Humanos que privilegiam qualidade de vida, remuneração e benefícios competitivos em relação ao mercado, e a possibilidade de desenvolvimento profissional.

50 Melhores Empresas Psicologicamente Saudáveis – No ranking promovido pela revista Gestão e RH, a Duke Energy foi destacada na categoria Vida e Trabalho como uma das empresas que se diferenciam por proporcionar bom nível de qualidade de vida aos empregados.  
Prêmio Benchmarking Ambiental Brasil 2013 –Pela sétima vez consecutiva, a companhia foi classificada entre os finalistas do prêmio que reconhece as melhores iniciativas de gestão socioambiental no Brasil. Concorrendo com os projetos Nascentes Protegidas, Águas para o Futuro, classificado na 8ª posição, e Corredor Ecológico Fazenda Rosanela, classificado na 12ª colocação, a empresa foi destaque no ranking das melhores iniciativas de sustentabilidade do país.

100+ Inovadoras no Uso de TI – Presente no ranking pela 11ª edição, sendo a 9ª consecutiva, a Duke Energy foi a 2ª colocada entre as empresas de serviços públicos (utilities) e a 29ª no ranking geral. Além desses reconhecimentos, o gerente-geral de TI, Osvaldo Clari Redes, foi classificado como o 63º melhor Chief Information Office (CIO) na pesquisa que avaliou cerca de 600 profissionais da área. O estudo é reconhecido pelo mercado como o mais importante balizador da aplicabilidade da tecnologia em prol da inovação empresarial, apontando as empresas que percebem a TI como ferramenta estratégica e defendem esse investimento.

## Rating

Em 2013, as agências de classificação de risco Standard & Poor's e Moody's reafirmaram os ratings da Duke Energy como investment grade (grau de investimento), com base na solidez da estrutura de capital e das métricas de crédito, no baixo nível de endividamento e na estabilidade da geração de caixa.

	Agência	Rating	Perspectiva	Data Ref.
<b>Rating de crédito corporativo</b>				
<b>Escala Global</b>	Standard & Poor's	BBB-	Estável	13/11/2013
	Moody's	Baa3	Estável	10/06/2013
<b>Escala Nacional</b>	Standard & Poor's	brAAA	Estável	13/11/2013
	Moody's	Aaa.br	Estável	10/06/2013





### Principais indicadores (Em milhares de reais)

	2012	2013	% Variação
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	1.218.901	1.354.619	11,1
(-) Deduções à receita operacional	(115.733)	(138.583)	19,7
Receita operacional líquida	1.103.168	1.216.036	10,2
(-) Despesas operacionais	(558.028)	(519.808)	-8,8
Resultado do serviço	545.142	696.228	27,7
Ebitda	787.991	913.664	19,0
Margem Ebitda - %	69,6%	75,1%	
Resultado financeiro	(103.419)	(101.131)	-2,2
Resultado Operacional	441.723	595.097	34,7
Lucro líquido do exercício	324.648	418.251	28,8
Margem líquida - %	29,4%	34,4%	
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativos totais	4.174.371	4.510.311	8,0
Dívidas em moeda nacional	950.163	1.111.133	16,9
Patrimônio líquido	2.467.554	2.423.270	-1,8
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	3.437,86	4.429,06	28,8

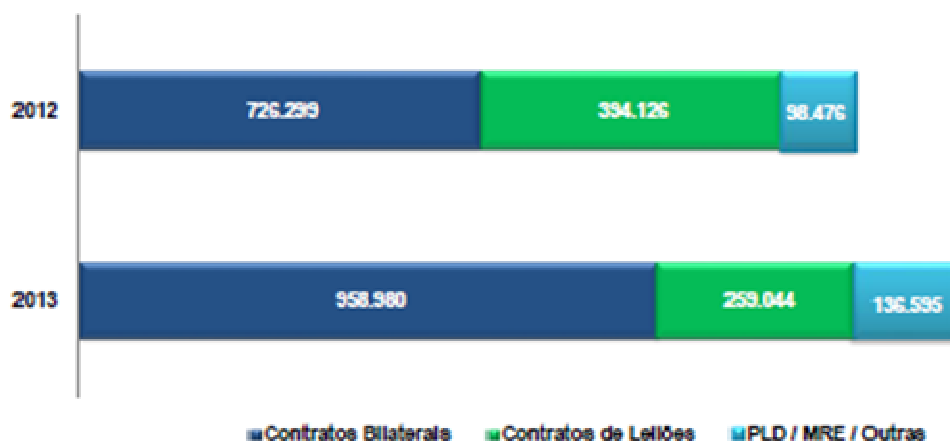
### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta em 2013 foi de R\$ 1.354,6 milhões, o que representa crescimento de R\$ 135,7 milhões, ou 11,1%, em relação ao ano anterior. O valor decorre principalmente de melhores preços fixados na comercialização e de maiores volumes de energia negociados nos contratos bilaterais (que antes eram negociados como contratos de leilões, cujo período de fornecimento foi encerrado), o que representou aumento de R\$ 232,7 milhões (32%).

Como efeito do maior volume de geração de energia, a receita nas operações provenientes do MRE cresceu R\$ 10,9 milhões (55%). Houve também acréscimo nos preços de energia vendida no mercado de curto prazo, representado pelo PLD, cuja receita aumentou R\$ 10,1 milhões. A venda de energia nos contratos de leilões diminuiu R\$ 135,1 milhões em relação a 2012, em virtude do encerramento do prazo de fornecimento de parte dos contratos de leilões.



### Composição da receita (Em milhares de reais)



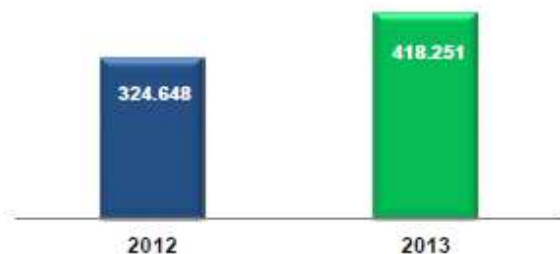
### Lucro líquido

Em 2013, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 418,3 milhões, elevação de 28,8% comparativamente a 2012. O principal fator que contribuiu para esse desempenho foi o crescimento da receita operacional, efeito dos melhores preços nos contratos bilaterais, em leilões e no mercado de curto prazo representado pelo PLD.

Além do aumento da receita, também houve redução de 6,8% nas despesas operacionais, o que corresponde a R\$ 38,2 milhões. O valor reflete principalmente a menor compra de energia para revenda, que havia sido necessária em 2012 face à necessidade de cobertura de lastro.

De acordo com seu Estatuto Social, a companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, após constituição da reserva legal.

### Lucro líquido (Em milhares de reais)





### **Receita operacional líquida**

Como resultado dos fatores citados, a receita operacional líquida aumentou 10,2% na comparação com 2012 e alcançou R\$ 1.216,0 milhões.

### **B. NOSSA ANÁLISE:**

#### **SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A Liquidez Geral em 2013 apresentou uma significativa elevação ligeira redução passando para 0,40, contra 0,20 registrados em 2012. A Liquidez Corrente também uma expressiva recuperação passando em 2013 para 1,05 contra 0,51, registrado em 2012.

#### **ESTRUTURA DE CAPITAIS**

Durante o exercício fiscal encerrado em 2013 a alavancagem financeira (dívida bruta x patrimônio líquido) registrou uma ligeira elevação passando para o equivalente a 0,46 contra 0,39 em 2012. No nosso entender a estrutura de capital é adequada para seu tipo de atividade, com maior parte dos recursos onerosos alocados a longo prazo, uma baixa alavancagem financeira e, por consequência, baixo risco.

#### **RESULTADOS**

O Resultado Operacional, em relação a receita líquida, em 2013 passou para 57,25% contra – 49,42% registrados no exercício anterior. O Resultado Líquido apresentou uma sensível recuperação, passando para 34,39% em 2013 contra 29,43% registrados no exercício anterior.

**Recomendamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia. Maiores informações poderão ser encontradas no site da Companhia: [www.duke-energy.com.br](http://www.duke-energy.com.br)**

### **C. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES:**

#### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.  
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das



mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB.

### **Ênfase**



Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3

#### **4 - DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

A empresa manteve atualizadas as informações junto à CVM e ao Agente Fiduciário, bem como colocou à disposição dos senhores debenturistas interessados, pessoal habilitado a prestar informações adicionais sobre todos os eventos ocorridos na vida da debênture.

Declaramos aptidão para continuar a exercer a função de Agente Fiduciário da emissão, bem como permanecemos ao inteiro dispor dos Senhores Debenturistas em nosso escritório à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717 – 6º andar – Itaim Bibi/ São Paulo – SP.

São Paulo, 29 de abril de 2014.

**SLW - Corretora de Valores e Câmbio Ltda.  
Agente Fiduciário**

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.  
SLW SÃO PAULO  
DR. RENATO PAES DE BARROS 717 | 6º E 10º ANDAR  
04530-001 | ITAIM BIBI | SÃO PAULO | SP  
TEL 11 3048 9900 | FAX 11 3048 9888

WWW.SLW.COM.BR

SAC: 3048 9905

Ouvidoria SLW: 0800 724 3004